



**UnB**

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política  
Graduação em Ciência Política

Brenda Ondina Castro de Souza

**A periferia no centro da análise: resistência cultural da juventude periférica, ressignificação dos espaços e subversão dos padrões pejorativos**

Brasília - DF  
2018

**A periferia no centro da análise: resistência cultural da juventude periférica, ressignificação dos espaços e subversão dos padrões pejorativos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade de Brasília como exigência parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em Ciência  
Política.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade

Brasília - DF  
2018

**A periferia no centro da análise: resistência cultural da juventude periférica, ressignificação dos espaços e subversão dos padrões pejorativos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília como exigência parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

---

PROF. DR. THIAGO APARECIDO TRINDADE (Universidade de Brasília)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as moradoras de Ceilândia que resistem cotidianamente a barreiras impostas pela segregação e pelo preconceito.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas às mulheres maravilhosas que passaram pela minha caminhada e me proporcionaram valiosos ensinamentos.

A minha família nascida e criada na Ceilândia, que me proporcionou espaços de força e acolhimento.

A minha mãe Márcia, a quem não tenho nem palavras para descrever tamanha gratidão e admiração, o meu exemplo de mãe periférica, batalhadora, que me ensinou dentro da escola pública que trabalha o valor da educação e da solidariedade. Levo no coração.

Ao meu pai que me deu suporte.

A minha vó, que é minha rainha, musa inspiradora, fonte de amor, carinho, cuidado. A pessoa mais linda que irei conhecer na vida e que, juntamente com meu avô, veio de sua cidade natal em busca de uma vida melhor para seus filhos e futuros netos. Sempre vou carregar suas histórias de superação.

Ao meu companheiro Lucas, que cresceu junto comigo, que contribuiu em cada detalhe. Esteve comigo desde o primeiro passo na Universidade até o último, comemorou cada conquista e chorou comigo a cada decepção, a quem pude compartilhar minhas vivências relacionadas a gênero e mobilidade urbana, de quem recebi apoio para concluir este trabalho. As diferenças são nossos pontos de convergência.

Ao meu orientador Thiago, que me recebeu em seu grupo de pesquisa e me permitiu abordar um tema tão sensível a mim, meus profundos agradecimentos.

As amigas Amanda, Karly e Maria que me receberam de braços abertos em Ciência Política e me apoiaram diariamente em minha graduação e na vida, sou extremamente grata por ter mulheres com o coração tão lindo ao meu lado que me ensinam a cada dia.

À amiga Ludmila que esteve comigo no curso de Ciências Sociais e assim como eu mudou de curso. Agradeço sempre por essa feliz coincidência de ter encontrado esse girassol que me iluminou cotidianamente. Onde estiver estarei me lembrando de você.

Ao amigo Resende, que esteve comigo no momento crucial de mudança de curso e em tantos outros, que venham muitas batatinhas grudadas.

As ex-colegas de trabalho e atuais amigas Josi e Aline, com quem compartilhei diversos momentos especiais que ficaram na memória, vocês são mulheres incríveis que faço questão de levar comigo.

Ao amigo Ivo que também esteve presente em minha trajetória, nos momentos difíceis e nos festivos.

Ao amigo Pedro Valente, meu presente da UnB para o mundo.

Aos meus atuais companheiros de trabalho que me receberam de braços abertos, sou grata.

A todas e todos funcionárias e funcionários da universidade de Brasília, em especial do Instituto de Ciência Política. Desde a portaria até a Secretaria, todas e todos tornam a formação de tantas e tantos possível.

A mim mesma que consegui superar as dificuldades psicológicas, de morar tão distante da universidade e de ser mulher.

Muito das nossas conquistas devemos as pessoas que nos cercam.

Ninguém solta a mão de ninguém.

## RESUMO

Este trabalho busca contribuir para uma visão positiva da periferia frente a tantas outras pejorativas. Com base em experiências e vivências de movimentos de ressignificação de espaços periféricos, o objetivo foi fazer um debate a respeito de combate à segregação e busca de inclusão que contou com aparatos históricos e teóricos para compreender processos hegemônicos e heterogêneos complexos. Os citados textos trataram de expor experiências positivas em diversas periferias. Com enfoque na cidade de Ceilândia como berço de produções culturais significativas foi explicitada a específica segregação desenvolvida pelo plano urbanístico de Brasília. Os atuais avanços independentes da cidade de Ceilândia por meio de instrumentos culturais e programas como o Jovem de Expressão mostram caminhos promissores para a resistência cultural de juventude periférica.

**Palavras-chave: Direito à Cidade, segregação, resistência cultural, periferia, juventude.**

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Metodologia</b> .....	11
<b>Capítulo I – Direito à Cidade de Henri Lefebvre</b> .....	12
1.1.O conceito de Direito à Cidade .....	13
1.2. Segregação, Encontro e Festa .....	15
<b>Capítulo II – Brasília: a segregação planejada</b> .....	20
2.2. A construção da capital e a periferização .....	20
2.3. A formação das periferias e o histórico de segregação e resistência .....	24
<b>Capítulo III – Resistência cultural da juventude ceilandense</b> .....	28
3.1. A periferia sob a lógica da escassez e o caso do Espaço Cultural da Grotta .....	29
3.2. Cine-Campinho e a experiência de ressignificação de espaços .....	30
3.3. Cultura e a lógica de mercado.....	31
3.4. A história da Ceilândia e suas produções culturais .....	32
3.5. O programa Jovem de Expressão e a construção de espaços de resistência cultural .....	33
3.6. A lógica de inclusão e respeito à diversidade sob a óptica de vivências identitárias .....	35
<b>Considerações Finais</b> .....	38
<b>Bibliografia</b> .....	39



## INTRODUÇÃO

Pensar cidade (e direito à cidade) não é uma tarefa simples, isso porque quando se fala de cidade, existem vários elementos que precisam ser considerados. A cidade relaciona-se com quem a habita/transita e quem a habita modifica também esta cidade, trata-se de uma relação de transformação mútua. A cidade conta história e é também o palco dos acontecimentos.

A obra de Lefebvre ([1968] 2008) ainda se conserva bastante atual para discutir direito à cidade, segregação e temas relacionados. O presente trabalho parte da perspectiva crítica elaborada pelo autor, no sentido de contestar os processos de subversão que a cidade passou no período de urbanização. O abandono da cidade como local de encontro e Festa faz parte de um projeto urbanístico ideológico que reduz a cidade a um espaço de consumo e atividades laborais. O processo torna-se possível uma vez que tal arcabouço dito racional e universalizante (mas na verdade excludente) tem apoio e participação direta não só do mercado, mas também do Estado.

No recorte de Brasília, o governo foi ator central na produção de forte segregação, o projeto urbanístico da cidade seguiu os moldes modernos capitalistas e foi propositalmente excludente e instrumento de controle social. Fragmentação ao invés de encontro gerou lacunas físicas e sociais na cidade.

O resultado de todo esse construto é uma densa problemática, que colocou grande parte da população em ambientes sem a mínima estrutura.

Todavia, um importante elemento precisa ser ressaltado. A periferia não é um agente passivo na história, desde sua origem resistiu de várias formas. Viver na periferia muitas vezes é sobreviver e existir na periferia é sempre resistir.

Em resposta a construções pejorativas e excludentes do que é periferia, espaços de inclusão, cidadania e resistência começam a surgir nestes locais renegados pelas políticas públicas. A ideia de periferia relacionada e escassez e violência passam a ser insuficientes para definir estes locais. Utilizando-se da cultura como elemento estratégico e agregador, estes ambientes, por meio de projetos, programas, OnG's, movimentos sociais, passam a emanar produções identitárias de resignificação e apropriação de espaços públicos. Em um movimento da periferia, para a periferia a juventude gera transformações no território e mostra potencialidades.

Diante do exposto, esta monografia analisará periferia em uma perspectiva que não seja de comparação com o centro, a fim de trazer um cenário positivo para os atuais avanços independentes da cidade. Para isso, será feito um primeiro capítulo de revisão bibliográfica da obra de Henri Lefebvre como forma de exploração do conceito de direito a cidade, segregação, Festa e encontro. O segundo capítulo tem por objetivo fazer uma reconstrução histórica e crítica quanto a construção de Brasília e

das cidades satélites, mais especificamente a Ceilândia. O terceiro capítulo, sobre resistência cultural possui um caráter mais exploratório por analisar e fazer associações quanto ao processo efervescente de cultura como instrumento político de resistência dentro das periferias. O objetivo central é contribuir para o desprendimento do estigma de periferia como local de abandono e escassez, uma vez que existem tantos esforços empreendidos, sobretudo pela juventude, de tornar os espaços periféricos locais de encontro e produção cultural.

O recorte feito nesse capítulo visa abordar projetos em outras periferias para trazer também um aspecto mais geral, mas visa tratar resistência cultural na cidade da Ceilândia com o exemplo prático do Programa Jovem de Expressão. Isto ocorre pela histórica cultural rica da cidade e pela dimensão populacional desta região administrativa. O relato de vivências e projetos desenvolvidos nessas periferias é o principal ponto de partida para a análise do último capítulo.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada seguiu a mesma lógica desenvolvida por Lefebvre ([1968] 2008), considerando de forma crítica e ampla os aspectos e conceitos, trazendo perspectivas históricas para entender os cenários atuais e tentar conectar os diversos aspectos sociais presentes na análise da cidade.

O objetivo foi desenvolver pontes que mostrem tanto especificidades quanto peculiaridades das periferias.

O recorte da cidade de Brasília foi feito pela cidade possuir um gritante, histórico e planejado aspecto segregacional, por isso, o termo segregação foi objeto de bastante enfoque no capítulo que trata da cidade. O segundo recorte que traz o enfoque para a cidade de Ceilândia advém do histórico cultural da cidade e sua dimensão populacional. A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) deu origem a uma cidade muito rica capaz de explicitar a crescente capacidade de mudança social da resistência cultural como instrumento.

Basicamente nos três capítulos foi feita revisão bibliográfica, o critério de seleção dos textos utilizados foi considerar se os mesmos possuíam perspectiva histórica, crítica e se utilizava de narrativas que mostrassem exemplos reais de construção de espaços e laços de resistência dentro o cenário de exclusão e julgamento construído para as periferias.

## CAPÍTULO I – Direito à Cidade de Henri Lefebvre

O termo direito à cidade foi abordado de forma pioneira no ano de 1968 em uma obra de mesmo nome escrita pelo filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre. O pensador parte da ideia chave de industrialização para analisar a sociedade moderna e sua “problemática urbana”. Coloca como resultados das transformações da sociedade, desde problemas relativos à expansão dessas cidades até o crescimento da importância das questões relacionadas ao lazer e à “cultura”. Dessa maneira, seu conceito de sociedade relaciona-se diretamente com os moldes da realidade social e do espaço urbano. Todavia, a Cidade precede a existência dos citados processos, e Lefebvre ([1968] 2008, p. 11) considera importante ressaltar este fator, pois, “as obras mais ‘belas’ da vida urbana (‘belas’, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização”.

É elaborada uma linha histórica dos processos pelos quais a Cidade (e o cotidiano das pessoas) passou. Nesse contexto, a Cidade torna-se palco de desigualdades, de conflitos e confrontos políticos. De acordo com Trindade, (2012, p. 141):

A discussão proposta por Henri Lefebvre nos remete à reforma urbanística promovida em Paris entre 1853 e 1870 pelo Barão Georges Haussmann, reforma esta que remodelou radicalmente o espaço urbano e expulsou para os subúrbios os trabalhadores, destituindo-os da urbanidade e da vida urbana, isto é, da possibilidade de vivenciar e experimentar a cidade. Esse remanejamento do tecido espacial parisiense foi uma resposta da classe dominante às jornadas operárias de junho de 1848.

De acordo com Lefebvre ([1968] 2008, p. 16), o processo é duplo em vários aspectos, pois, abarca industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social, realidade urbana e realidade industrial. Entretanto, a complexidade da “problemática urbana” vai muito além de tais dualidades conflituosas, uma vez que também estão envolvidos estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos e, acima de tudo, vivendo e sobrevivendo a tudo isso, pessoas. Ao final desse curso descritivo da trajetória de transformação pela qual a cidade passou, o mesmo constata que o resultado é uma crise teórica e prática, porém, não definitiva, considerando que são processos e mutações.

É possível traçar eixos para analisar e pensar a complexa obra citada, inclusive, tal complexidade imbuída na produção de Henri Lefebvre é condizente com o tema abordado. Para tanto, primeiramente será discutido o conceito em si de direito à cidade, ou seja, qual o sentido central do termo no pensamento do filósofo. Em segundo momento o objetivo é analisar de forma relacionada às ideias de segregação, encontro e Festa. De alguma maneira esses quatro pontos centrais foram incorporados tanto por produções acadêmicas, contestatórias ou consonantes, tanto pelas lutas na

cidade e pela cidade.

## 1.1 O conceito de Direito à Cidade

Analisar o conceito de direito à cidade em si no presente trabalho significa observar os pontos centrais de seu pensamento, sua metodologia de análise, a trajetória histórica e suas implicações na forma com que a cidade se constitui atualmente. Lefebvre ([1968] 2008) tratou de pensar a “problemática urbana” de forma explicitamente crítica ao observar que a cidade havia passado e estava passando por um processo de subversão grave, em que seu uso, ao invés de ser um uso improdutivo, com um fim em si mesmo, estava sendo um uso de troca, mercantil, capitalista.

O filósofo e sociólogo alemão Henri Lefebvre opta por utilizar justamente a filosofia para pensar a cidade, isso porque assume que a mesma nasce da cidade e, por isso, os filósofos pensaram desde sempre a temática com a centralidade que merece, observando e conceituando a vida urbana desde sua gênese. Lefebvre observa que a trajetória das cidades se funde com a história da sociedade, e a formação desse conceito passa também por esse processo conjunto. O urbanismo surge no contexto da modernidade colocando-se com tecnicidades ligadas a prática da vida urbana, mas também como ideologia, quando declara a cidade como rede de circulação e centro de consumo. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, p. 34-49)

Entretanto, a cidade em sua forma conceitual se relaciona muito mais com o sentido de obra do que com relações materiais e em seu sentido prático se relaciona muito mais com a trajetória histórica da sociedade do que apenas elementos técnicos. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, p. 47-55)

Como forma de expressar a profundidade da questão, Lefebvre ([1968] 2008, pp. 70) define a cidade como uma questão simbólica, que ultrapassa o material (apesar das tentativas de redução a centros de poder e comércio).

Como escolha metodológica para olhar em direção à cidade, Lefebvre opta por observar discontinuidades históricas, bem como transformações drásticas nos modos de produção, nas relações de classe e de propriedade, e como tais cursos se refletem na cidade. Não é possível pensar a cidade sem pensar nas instituições formadas pelas relações entre classe e propriedade. Quanto à sua metodologia o escritor conclui que a “análise dos fenômenos urbanos (da morfologia sensível e social da cidade ou, preferencialmente, da cidade e do urbano e de sua conexão mútua) exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura - níveis, dimensões - texto, contexto - campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições, entre outros”. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, pp. 57- 65)

O autor alerta que tal pluralidade de fatores acarreta grande risco de confusão de sentidos.

Como já citado, suas ferramentas metodológicas advêm da filosofia. Partindo da dualidade e forma/conteúdo, o mesmo aponta a lógica formal como meio para se alcançar definições transparentes e inteligíveis. Cada forma é composta de uma lógica mental e social, vale destacar a forma da linguagem, a forma contratual e a forma urbana. A primeira trata, em seu âmbito social, da coesão das relações, sua subordinação às exigências, ritualização das relações. A segunda, em sua essência social, de compromisso mútuo e codificação das relações sociais. A terceira trata da essência da cidade, o encontro em seus vários sentidos, atos e produtos, bens e produtos e no sentido de vizinhança. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, pp.89-95)

O processo de implosão e explosão pelo qual a cidade passa é o que traz a dificuldade prática e teórica de compreensão e análise. Este processo mundial de crise para qual o autor se voltou alcança desde o nível acadêmico e analítico até o prático, o espaço físico da cidade, o território e seus habitantes. A racionalidade pela qual a cidade passou a ser tratada no processo de industrialização passou a considerar esta cidade em um âmbito geral, amplo, em uma escala de *território* nacional, rejeitando suas especificidades e diversidades. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, pp. 77-88)

Um ponto central da construção teórica do alemão Henri Lefebvre ([1968] 2008) é o olhar crítico ao processo de subversão que ocorreu com a industrialização e a urbanização, o mesmo aponta como uma das causas principais para a crise social e política que havia se instaurado. Trata-se da substituição do valor de uso pelo valor de troca, o uso improdutivo da cidade passa a ser colocado como característica negativa e a perseguição do lucro e da produção para fins acumulativos passam a ser palavra de ordem no sistema que se forma. Como ressalta, todos os âmbitos da cidade e da sociedade passam por um processo de hierarquização e mercantilização ao ponto de que até “a cultura se dissolve, tomando-se objeto de consumo, ocasião para lucro, produção para o mercado; o ‘cultural’ dissimula mais de uma armadilha”. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, p. 79).

Lefebvre ([1968] 2008) afirma que devido a diversidade de fatores citadas, a “ciência analítica da cidade” ainda está em seu desenvolvimento inicial, juntamente com a cidade que passa por um processo de (trans) formação contínuo. A cidade, como objeto dessa ciência, é formada não só pelo seu estado presente, mas por seu passado, que influi em sua forma atual. Em síntese, a “ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social”. (LEFEBVRE, ([1968] 2008, pp.112)

O marxista reconhece as limitações desta análise e aponta que a capacidade de mudança real e retomada da cidade do encontro e da Festa, da resolução dos problemas urbanos e reconstituição da cidade como obra, está nas mãos das classes e frações das classes sociais, pela via revolucionária. O escopo social criado, tanto pelas vias práticas quanto acadêmicas, as estratégias e ideologias dominantes devem ruir para que a cidade renovada se torne obra. A solução dos problemas, desde a

propriedade da terra até a segregação, coloca necessariamente as estruturas dominantes em cheque. Desta maneira, a classe operária, juntamente com um programa político de reforma urbana e projetos urbanísticos, é a peça central para que a via revolucionária seja possível. O direito à cidade, nesses termos, seria concebido como direito à vida urbana, uma vida urbana renovada.

Para que a cidade alcance os moldes ideais explicitados até o momento, Henri Lefebvre ([1968] 2008) defende uma ruptura com os moldes capitalistas que, segundo o mesmo, já havia se esgotado por focar em uma definição planejada de produção. As necessidades da sociedade urbana seriam melhores supridas pelas vias do Socialismo, que romperia com a exploração de trabalhadores e produziria um alto nível técnico e cultural. Nesse sentido, a sociedade urbana, a prática social, seria meio e fim da retomada do valor de uso sobre o valor de troca.

Tavolari (2016) ao fazer uma reconstrução da trajetória histórica do citado conceito, afirma que o mesmo passou por uma reestruturação simbólica por parte das lutas sociais. Tal movimento foi colocado como essencial e enriquecedor ao tema debatido, tendo contribuído para sua relevância social e teórica. Isso significa que o conceito de direito à cidade se constituiu historicamente tanto dentro da academia, quanto fora, como instrumento para grupos e pessoas que estavam vivendo e convivendo com a cidade.

A visão crítica à produção de objetos e focada na produção (de obras) e reprodução (de relações sociais) das pessoas (e por pessoas) e sua relação com a cidade é uma das pontes que possibilitam a instrumentalização do conceito, uma vez que é desenvolvido por Lefebvre ([1968] 2008) um raciocínio que considera o cotidiano das pessoas e sua relação com o espaço urbano, que se constitui enquanto espaço histórico juntamente com a sociedade.

## **1.2. Segregação, Encontro e Festa**

A partir da trajetória histórica feita por Lefebvre ([1968] 2008), juntamente com sua metodologia e sua visão crítica das questões foram abordadas nos parágrafos anteriores. Passa-se ao segundo momento, a análise da forma que o mesmo aborda segregação, encontro e Festa. Primeiramente é preciso explicitar que tais fatores perdem sentido caso não tratados de forma relacionada, como foi feito pelo sociólogo.

Uma das principais conclusões de Henri Lefebvre quanto à *segregação* é de que se trata de um projeto, a distribuição das pessoas em “guetos” não foi um processo ocasional, trata-se de um processo que envolve de maneira central o confronto entre classes. Não é possível concluir que a segregação em seu sentido geral (classes sociais, etnias, grupos) provém de uma organização plena e estratégica de poderes, entretanto, pode-se observar, mesmo que não de imediato, a formação de

guetos, bairros residenciais fundados em questões de classe, de poder (ou da ausência dele). Apesar de ideologias anti-segregacionistas e humanistas surgirem em desfavor a essa tendência segregacionista, o Estado e a Empresa acabam convergindo em favor desta segregação e tornam a questão anti-segregacionista apenas um discurso utópico pela sua falta de ligação com a prática. A emolduração do discurso segregacionista torna-se tamanha, que mesmo as implicações práticas da segregação infringindo a liberdade de escolha das pessoas, infringindo a “liberdade urbana”, o espectro “democrático” do Estado não é afetado de forma brusca. O sentido de projeto segregacionista fica evidente quando é observado a convergência de instituições (Estado e Empresa) que são conflituosas, mas que agem em uníssono com o objetivo de suprimir a cidade, a Empresa no plano da racionalidade, do mercado vigiado, do consumo e o Estado legitimando todo o discurso e garantindo lazeres e cultura. Ao passo que a sociedade pratica a segregação sob pretexto construído de racionalidade, tenta assimilar um conceito vazio de integração, que com uma mínima análise mostra-se infundado, colocando a realidade urbana em uma crescente paradoxal. (LEFEBVRE, [1968] 2008, p. 97-104)

Lefebvre ([1968] 2008) observa que esse processo de formação é histórico, tem início quando a importância da produção agrícola recua diante da produção industrial, do mercado, do valor de troca. Nesse período a cidade passa a se proliferar e expandir rapidamente e, por conseguinte, periferias se formam. As favelas colocam-se nesse processo como um subterfúgio para aqueles que estavam adentrando a vida urbana. Um dos causadores da segregação em seu período inicial é o superpovoamento e em seu processo a mesma torna-se física, social e estrutural.

Para Lefebvre ([1968] 2008), a questão da moradia ocultava outros problemas mais profundos da sociedade, como a desfiguração da cidade, o culto ao consumo, a perda do sentido da obra, de fim, de lugar de livre fruição. Segundo Tavolari (2016, p.102), a racionalidade tecnocrática e planejadora geraram um movimento de desconsideração das relações sociais existentes, da distância entre centro e periferia. Nesse sentido, a autora considera o cotidiano como resistência, considerando a crescente distância do deslocamento casa-trabalho. A luta pelo direito à cidade relaciona-se diretamente com a luta pela reconstrução dos espaços de encontro e por ritmos de trabalho que proporcionem tempo para o uso desses momentos e locais.

Villaça (1998) reconhece a análise de segregação como sendo primordial para a compreensão do espaço urbano. O mesmo também chega à conclusão de que a população se divide em bairros de acordo com as faixas de renda, sendo próximos ou não do centro, a regra geral da formação das cidades no Brasil é a divisão entre duas cidades, a dos ricos e a dos pobres excluídos. Em consonância, Júnior (2010) observa que a configuração do espaço urbano é fruto do decorrente processo de diferenciação social e a materialização desse processo é a segregação espacial. Tal processo



fragmentou o espaço urbano em um grau muito alto a ponto de tornar quase inexistente a unidade urbana. A crise urbana torna-se resultado não só das cidades, mas também das relações sociais.

Tal segregação torna as lacunas sociais, lacunas físicas no espaço urbano, distanciamento e fragmentação urbano-social contradizem o aspecto básico da vida urbana, o *encontro*.

Para Lefebvre ([1968] 2008, pp. 83) a dissolução das antigas cidades, antigas formas de habitar as cidades, leva as pessoas a uma isotopia geométrica que necessariamente produz miséria mental e social, além de pobreza na vida cotidiana. Isso ocorre por conta do vazio deixado pelos símbolos, apropriações, estilos, monumentos, tempos e ritmos, espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional. Apesar de a sociedade moderna aparentar capacidade de encontro e de reunião imediatos, sua realidade é forte dispersão causada pela divisão do trabalho, segregação dos grupos sociais e separações físicas e simbólicas. Divergências à parte, assim como o autor, Castells (1983), em um trabalho crítico, histórico, exploratório e teórico desenvolvido anteriormente a Henri Lefebvre, debate o discurso e a ideologia produzida pela classe dominante e sua influência direta na formação desigual e capitalista das cidades. Aponta a discussão da questão urbana como de extrema importância, tanto no sentido de desconstrução da ideologia de cidade produzida por uma classe, quanto instrumento de reflexão político. Para o então citado existe a necessidade de observar o espaço de forma ampla, no âmbito social, político, ideológico e econômico.

A difícil correlação teórica entre os diferentes elementos do espaço urbano evidenciam a necessidade de enfoque nas questões práticas, cotidianas, nas vivências das populações periféricas. Para que haja avanço sobre questões e impasses colocados até o momento é necessário olhar para os indivíduos e grupos que sentem na pele a hostil cidade que se formou desses vários processos.

Para Jacobi (1986) direito à cidade remete direito à vida urbana, a habitação, a dignidade. Para tanto, é necessário a construção de um espaço de usufruto do cotidiano, construção de um ambiente de encontro e não de desencontro. Para a construção dessa narrativa, é necessário combater a tragédia urbana com alternativas, com o uso da imaginação. A capacidade de mudança nasce do direito à cidade e da reconstituição de espaços e momentos de encontro, em que são desenvolvidas alternativas e estratégias para a desconstrução e ambientes hostis para se habitar.

A cidade deixou de proporcionar encontros entre seus habitantes e, conseqüentemente, de ser obra em si. O sentido de encontro considerado pelo então citado autor, ultrapassa o de pessoas em mesmos ambientes da cidade, e sim de produção de um espaço de forma conjunta, espaço esse que seria palco para manifestações culturais, para compartilhamentos, espaço de construção conjunta. Tal processo tem tamanha força, que mesmo tendo sofrido profundo desmonte pelos moldes sociais modernos e produtivistas, tendo sido engessado pelo racionalismo, resistiu em algum nível, isto porque relações sociais não cabem em moldes fixos.

Nesse sentido, a *Festa* se coloca como lúdica e capaz de se conectar com o imaginário das pessoas. O modelo de produção desvirtua esse espaço que deveria ser direcionado para Festa, que produz prazer, prestígio, encantamento e momentos de encontro. Lefebvre ([1968] 2008, pp.128) mostra que ao invés disso a cidade moderna proporciona lazeres superficiais como hobbies, saídas em férias e produções culturais ligadas a indústria, que em nada enriquecem momentos e aproximam pessoas, pelo contrário, separam a vida cotidiana da festa, fragmentam a sociedade em níveis cada vez mais profundos. Para Guarinello (2001, pp. 972), Festa possui um sentido amplo e age em favor da identidade, como cita:

A festa é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definido e especial, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes (apud BEZERRA, 2008, p. 10)

Bezerra (2008, p.8) exalta o fato de que a cidade, antes mesmo de ser um espaço de residências fixas, era um espaço de encontro das pessoas. Este fator não só fez parte da formação da cidade, como também se tornou essencial para sua existência não vazia. E é por meio da festa que estes encontros alcançam altos níveis de sociabilidade e conexão entre as pessoas e entre as pessoas e o meio, uma vez que a Festa e o encontro representam também a forma que os grupos sociais pensam em relação a si próprios, aos outros e ao espaço urbano. Os símbolos gerados nos momentos de Festa não são perenes, eles se perpetuam, são passados para outras gerações.

É nesse sentido ideal de Festa que Lefebvre ([1968] 2008, pp.128) critica os festivais e festividades modernos, que de forma superficial tentam recriar esse ambiente de profundo encontro e tornam tais eventos formas de empreendimentos geradores de lucro.

Todavia, os quadros que temos nos megaeventos que ocorrem atualmente devem ser analisados, pois, trata-se das formas de gerar identidades que ocorrem na cidade moderna. As manifestações culturais, a apropriação de espaços públicos e urbanos por segmentos sociais, as questões identitárias, são todos elementos que não podem deixar de ser levados em conta devido ao fato de existir um processo de mercantilização envolvido. A importância se dá também, pois, estas festas vêm assumindo importante papel nas cidades brasileiras face à globalização e têm sido a forma de expressão das identidades locais. O aspecto positivo do resgate da identidade, é que sua construção foge, em algum nível, do controle de empresas e Estado, devido ao fato de estar ligada a trajetórias históricas, culturais, relações sociais, simbolismos e etc.

Em síntese e representando a centralidade e importância da discussão, o autor afirma que:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, [1968] 2008, p. 134)

## CAPÍTULO II – Brasília: a segregação planejada

### 2.1. A construção da capital e a periferização

Conforme ressaltado por Lefebvre ([1968] 2008), o contexto histórico, o olhar crítico, a delimitação de limites e potencialidades, a metodologia, são de suma importância para o entendimento de um conceito, para a análise de determinada realidade. A trajetória histórica de Brasília explica muito do que a cidade é na atualidade, este será o ponto de partida do presente capítulo.

Gouvêa (1996) expõe que nos meados da década de 1950 houve um chamado do próprio presidente da República, Juscelino Kubitschek (JK), que convocava o país para a construção da nova capital do país, com promessas de dias melhores e muitas mudanças positivas para aqueles que participassem da empreitada. Os trabalhadores aderiram ao sonho de uma vida melhor para suas famílias e migraram em massa para construir a chamada “Brasília: capital da esperança”.

Todavia, este discurso não foi nada mais que falas planejadas para justamente atrair esta massa de trabalhadores, “a rigor, ‘os pioneiros’ trabalharam como ‘trator’ limpando a área para a ocupação de outros”. (GOUVÊA, 1996, p.232)

Severo (2014, p. 11) ressalta que o projeto de urbanização de Lúcio Costa, que ficou conhecido pelo nome de Plano Piloto, teria capacidade de abrigar cerca de quinhentas mil pessoas no máximo, caso esse limite fosse excedido que se construíssem cidades satélites ordenadas e separadas do núcleo central.

Antes mesmo do término das obras e da inauguração de Brasília os trabalhadores foram remanejados para núcleos-dormitórios sem nenhuma infraestrutura, distante dos locais de trabalho, acampamentos no meio do cerrado sem água, luz, esgotamento sanitário. Em 1958, antes mesmo da inauguração de Brasília, foi criada Taguatinga. Em 1960 foram criados outros núcleos satélites, como Gama, Sobradinho, Vila Buritis (Planaltina DF), e mais tarde, na década de 1970, a Ceilândia. Uma linha histórica da gradativa e rápida evasão planejada dos “construtores de Brasília”. Não existem explicações lógicas que considerem a eficácia do planejamento urbano e expliquem essa exclusão desde a origem. A única explicação plausível é levar em conta a necessidade por parte dos governos, tanto civis quanto militares, de traçar uma estrutura urbana que facilitasse o controle social. Com a evasão planejada dos trabalhadores para cidades satélites e com o transporte público desestruturado e insuficiente tomando grande parte do baixo salário dos trabalhadores Brasília fundou suas estruturas, onde cidades as satélites, ocupadas pelos trabalhadores e mal providas de equipamentos, sobrevivem em torno de um arborizado Plano Piloto. (GOUVÊA, 1996, pp.232-233)

É comum considerar Brasília como sinônimo de Plano Piloto, provavelmente pela enorme centralidade simbólica, espacial e social que o mesmo recebe. É corriqueiro que ao estarem nas cidades satélites de Brasília moradores locais sejam abordados com pedidos de informação sobre “qual o melhor caminho para se chegar em Brasília?”, considerando Brasília *apenas* como o Plano Piloto em si e desconsiderando todo o resto, no caso, as regiões administrativas. Paviani (1996, p. 17) destaca que é uma boa escolha metodológica assinalar que Brasília é o Distrito Federal (DF) urbano e as cidades satélites, também conhecidas como Regiões Administrativas (RA’s). Como bem ressaltou Lima (1996, p. 170), “Brasília é entendida conforme a definição adotada pelo IBGE, englobando a área do Distrito Federal (DF) com suas regiões administrativas. Em uma dessas regiões e com a mesma denominação de Brasília está o Plano Piloto, onde se localiza a sede do governo federal e do governo do DF.

Esta dupla denominação bastante utilizada de Brasília, podendo dizer o território como um todo ou apenas a região do plano piloto, mostra o processo histórico e exerce um desserviço para o sentimento de pertencimento das cidades, excepcionalmente para as pessoas nascidas e criadas nas periferias. Quando a nomenclatura Brasília é também utilizada para definir o plano piloto e não para definir as localidades ao redor passa-se uma ideia de desprendimento e segregação, agravadas pela característica da distância espacial.

Nunes (1996) afirma que Brasília possui um processo único, sendo uma das cidades-laboratório do mundo em relação ao urbanismo. Seguiu o padrão de urbanização periférico com: segregação espacial, má qualidade dos serviços coletivos nas periferias, dificuldades de adaptação dos migrantes devido à falta de estrutura. Mas, em contraponto, hospedou o desenvolvimento do Plano Piloto, local marcado por sua alta qualidade de vida e abundante infraestrutura.

É explícito que na mesma capital existem o Plano Piloto (e outras cidades como Noroeste, Sudoeste, Lago Sul e Norte) com o padrão de vida facilmente comparável a países de primeiro mundo e suas periferias em outro extremo, desabastecidas de estruturas mínimas que deveriam ser providas pelo Estado.

Para além das dicotomias espaciais e de renda, existem várias outras que estiveram presentes em sua formação ou mesmo em seu desenvolvimento. Apesar de ter sido inaugurada em regime democrático a capital acabou por incorporar características de um espaço totalitário, uma vez que este espaço urbano se consolida durante o regime militar, que se encarregou de impor poder centralizado e moldes para a relação Estado e sociedade, com o objetivo de, mais uma vez, impor previsibilidade e estabilidade nas relações sociais por meio de exclusão política e econômica das camadas populares. Este contexto político-histórico explica a distribuição da população no espaço do Distrito Federal, o

Plano Piloto foi em sua origem destinado a habitação dos escalões médios e superiores da burocracia. Não só a classe burocrática, mas também todos os escalões do funcionalismo público passam a funcionar através de tecnicidade, hierarquia, competência e medo. Ao passo que esses determinados grupos sociais recebem o privilégio de habitar o Plano Piloto, outros são expulsos por não possuírem prestígio e nem altas condições sociais. Trata-se aqui de questões para além do dinheiro (mas que se relacionam), como status e poder. Aos que não preenchiam tais requisitos foi mostrada a face cruel da urbanização, a segregação em seu sentido amplo, que vai do social ao espacial. No fim desse período político e no início da democratização, os moldes capitalistas passam a comandar totalmente a produção da cidade, tornando a lógica de segregação cada vez mais presente e naturalizada, potencializada pela grande e precária migração. (NUNES, 1996, pp. 11-16)

Zarur (1996) considera que a mercadorização da moradia, subjugada à lógica de produção e rentabilidade capitalista gerou um processo contínuo e maciço de exclusão e segregação dos pobres. O fato de Brasília ter sido “planejada” e grande parte das terras para expansão urbana terem pertencido ao Estado não contribuiu em nada para um processo de distribuição equitativo e justo, pelo contrário, tal distribuição seguiu uma lógica extremamente clientelista e dependente de relações sociais.

A população que migrou nesse grande fluxo para o Distrito Federal se viu sendo excluída para espaços cada vez mais distantes e sem estrutura (processo que se perpetua até a atualidade para locais cada vez mais segregados) e, obviamente, reagem e resistem a isso como podem e conseguem. É nesse contexto que a cidade se mostra como espaço conflituoso desde sua origem, assim como Lefebvre ([1968] 2008) explicitou, os diversos interesses, a desconfiguração da cidade e a forte ação excludente tornam o espaço urbano conflituoso ao extremo e necessitado de um olhar crítico desde seu início. O autor também destacou o problema habitacional como trivial comparado ao problema estrutural como um todo. Stunpf e Santos (1996) colocam a filosofia da casa própria como elemento desmobilizador de lutas populares, uma vez que o problema da habitação não poder ser resolvido de forma individual, ele está atrelado a, por exemplo, exploração da força de trabalho. O autor e a autora destacam ainda raízes históricas da questão de habitação, afirmam que foram as senzalas a primeira solução habitacional para as classes trabalhadoras, enquanto no período moderno as favelas surgiram como única solução para aqueles que não possuíam moradia. Diferente do que os militares previram essa população, que migrou em um forte ritmo para Brasília, não se tornou um risco para a estabilidade política e econômica, pelo contrário, apesar de escassos investimentos locais, cidades como Ceilândia, Taguatinga e Samambaia desenvolveram-se tanto economicamente quanto culturalmente.

Entende-se que a cidade esteve inclusa em sua origem em um processo de urbanização moderno que seguia, de uma forma geral, moldes de outras metrópoles que se formaram no Brasil e,

de uma maneira mais geral, moldes do sistema capitalista mundial. Brasília surge e se desenvolve dentro de um processo de modernização do pós-guerra, marcado por características como racionalidade, verdades absolutas, tecnicidade, busca incessante por universalidade. Ou seja, o processo que alimentou o capitalismo e o processo de expansão de novas regiões metropolitanas foi o mesmo, seguindo preceitos completamente atrelados ao consumo, a ponto de resumir a cidade ao consumo, ao trabalho, a lógica de produção para rentabilidade. (FERREIRA & PENNA, 1996, pp. 189 -193)

Por este motivo, a crítica de Lefebvre ([1968] 2008) ao problemático abandono da ideia de cidade como encontro e local de Festa, ataca diretamente a existência do capitalismo conflituoso e o afirma como empecilho para a construção de uma cidade inclusiva, democrática e Festiva, abandonando o modelo mostrado acima de cidade vazia e reducionista. A palavra vazia remete, inclusive, a higienização das cidades feita para eventos de entretenimento produzidos por empresas e Estado, justamente, vazios e desprendidos da cultura, sem nenhuma construção social conjunta por trás. Trata-se de um esvaziamento do sentido teórico e prático da cidade, o que o filósofo considerou como urbanismo ideológico.

Apesar destes marcados processos gerais, a capital passa por diversos momentos históricos que lhes trazem características únicas e excepcionalmente segregacionistas. Lima (1996, p. 169) exemplifica alguns dos aspectos peculiares da capital. O primeiro refere-se à questão fundiária, pois, grande porcentagem do território pertence ao Estado devido a desapropriações feitas no período de instalação da nova cidade. O segundo diz respeito à implantação de um plano piloto, que deu origem a vários planos ordenadores, que abordaram o uso e ocupação da terra. O terceiro advém de uma origem, anterior a construção, sem passado urbano, sem antecedentes e nem serviço público. O quarto fator a se destacar é o fato de coexistirem no mesmo território a sede do governo do DF e a sede do governo federal, centralizando as verbas e obras públicas no plano piloto. O resultado é a formação de uma cidade formada por terras públicas, terras em processo de desapropriação e propriedades privadas, para além das aglomerações urbanas que não seguem a forma de um “continuum”, sendo necessárias vias expressas que atravessem as grandes extensões.

Existe ainda a característica que exorta a questão da segregação planejada, dentro todo esse “planejamento” de um local que agregaria cerca de 600.000 habitantes não houve alusão alguma a construção de bairros para os trabalhadores, uma vez que a intenção era de que tais trabalhadores retornassem para suas cidades ao término da construção da cidade. No período militar essa característica de quase literal expulsão torna-se mais forte no momento em que o governo considera o plano piloto como área de segurança nacional, ao passo que não ofereciam alternativas de outros locais para moradias senão os locais improvisados e temporários. Essa política de fechamento gerou

um movimento de periferação e geração das chamadas cidades dormitórios.

### **2.3. A formação das periferias e o histórico de segregação e resistência**

As cidades-dormitórios podem ser analisadas a partir de duas perspectivas, a de seus habitantes e a de seus não habitantes. Ambas as perspectivas são problemáticas, o que não gera surpresa ao considerar-se o estigma e a marginalização que este ou qualquer termo que se refira à periferia carrega. A primeira perspectiva, a do morador ou moradora de uma periferia, mostra um cotidiano extremamente desgastante, com poucas horas de sono, tempo escasso, mobilidade urbana extremamente dificultosa, quase nenhum momento disponível para descanso, enfrentamento de violências, preconceitos, exclusão social, em resumo, a segregação sentida cotidianamente. O periférico e a periférica, sem tempo nem incentivos para se conectar com sua cidade desprende-se dela por acabar tendo acesso apenas ao lado amargo de ter que fazer parte daquele local, nesse sentido, não enxergam sua cidade como sendo sua, nem mesmo enxergam como cidade, vêm apenas um local para chegada e partida, e partida no sentido de sair para as atividades diárias e no sentido de colocar como objetivo a saída daquele lugar para um mais próximo do trabalho e/ou estudo. A segunda perspectiva, a dos não habitantes, refere-se desde o completo medo do desconhecido até o completo julgamento estereotipado, isto porque em Brasília, e em muitos outros lugares, quando é dito o local que se mora, é dito também se você faz parte desta ou daquela camada social, e isso devido a todo o processo de formação dessas cidades. O morador de locais imbuídos de status social e localidade privilegiada tem acesso a notícias violentas nos noticiários e as privações que observa a periférica e o periférico passarem.

Ojima, Pereira e Silva (2014) ressaltam que o sentido pejorativo ocorre justamente por possuir relação com periferação e dependência econômica. Estudos urbanos que trabalhavam a dicotomia centro-periferia se encarregaram de trazer sentido ao termo ao observar o incessante e crescente movimento de ida das populações mais pobres para locais cada vez mais distantes do centro. Os moradores dessas cidades acabam por não se reconhecer como cidadão da mesma, pois ali não se encontra seu local de trabalho ou convivência, só serve como dormitório.

Por outro lado, pode-se destacar que as periferias que se formaram na construção de Brasília resistiram desde sua origem, considerando que a princípio a falta de apoio do Estado e, posteriormente, as tentativas de extinção com o objetivo de tornar Brasília uma cidade apenas de alto escalão. O lado que geralmente é abordado em produções que tratam periferias, como violência, pobreza e distância do centro acabam por passar uma ideia de passividade desses locais frente a esses processos, todavia, se for citada apenas a existência dessas cidades atualmente e de seus moradores,



já está sendo dado um exemplo de resistência. A própria forma dual de se colocar a cidade como sendo centro-periferia coloca estas zonas periféricas de forma pejorativa, uma vez que o centro é sinônimo de prosperidade econômica, aparatos culturais, espaços de lazer, local de encontro e a periferia nessa lógica dicotomizada seria o oposto disso. É bem verdade que em questão de infraestrutura cidades consideradas “centrais” acabam recebendo investimento.

Tomando alguns exemplos práticos, o Distrito Federal possui apenas uma delegacia especializada em atender as mulheres, localizada na Asa Sul, o que significa que as mulheres periféricas que necessitarem deste tipo de atendimento precisarão percorrer toda a distância espacial que foi citada. Segundo reportagem de Rios (2010) no Metrôpoles, baseada em uma nota técnica de 2010 que estabelece padronização das Deams, seriam necessárias 5 delegacias no Distrito Federal a serem distribuídas de forma antagônica. Outro exemplo pertinente a ser citado é o fato de que na Ceilândia existem dois Batalhões da Polícia Militar (8º e 9º BPM's), entretanto, não existe nenhum aparato cultural fornecido pelo Estado, como, por exemplo, um teatro. Os locais e iniciativas culturais da cidade são criados e desenvolvidos de forma independente.

Portanto, houve moldes teóricos de urbanismo fordista que se mantiveram sob aparência de racionais e foram normalizados com o desenvolver do processo. Na verdade, o que ocorreu foi a exclusão pensada de lugares, pessoas e atividades, de forma que foram banidas quaisquer formas de atividades populares. Isso ocorre, pois, essas iniciativas estão fora do padrão de cidade moderna universal e “integrada”. Entretanto, a tentativa de harmonizar esses ideais bate de frente com a forma que a cidade realmente tomou, as diferenças de lutas de classe não puderam ser mascaradas e se expressam com um simples olhar ao redor das cidades, expressam-se no intenso crescimento urbano que possuem as periferias satélites. Em resumo, o processo é duplo uma vez que ocorre a seletividade espacial e a segregação social, que leva a população de mais baixa renda para lugares cada vez mais distantes, a exclusão é física, espacial, social, psicológica. (FERREIRA & PENNA, 1996, p. 194-196)

No Distrito Federal o Estado possui um importante papel nesse duplo processo, a segregação populacional está diretamente ligada à política governamental, que transfere para estes locais distantes as populações pobres para “erradicar” as favelas e assentamentos que se formarem no anel central (Plano Piloto, Lago Sul e Norte). As políticas nacionais com enfoques habitacionais servem para mascarar e formar um centro polarizador. A descentralização das atividades da renovação urbana e da expansão de funções do centro para a periferia. (FERREIRA & PENNA, 1996, p. 196)

Um importante parêntese crítico a visão de dependência, sobretudo econômica, que as periferias possuem das localidades centrais pode minimamente ser problematizada quando se observa que a mão de obra que move a produção das cidades advém das periferias, sem a mão de obra dessas

pessoas muitos comércios do Plano Piloto, por exemplo, não funcionariam. O que ocorre é que na atualidade, apesar da ausência de investimentos, as periferias conseguiram se desenvolver autonomamente em vários aspectos, ao passo que, muitos moradores das cidades satélites conseguem executar suas atividades diárias sem se ausentar da sua cidade ou se locomovendo para outras cidades satélites (apesar das dificuldades impostas pela mobilidade entre as cidades satélites).

Apesar dos planos excludentes, pensar a história das periferias é pensar a história de Brasília, sem os trabalhadores que construíram a cidade e seus descendentes nada existiria. As cidades satélites são carregadas de lutas e resistências tanto históricas quanto cotidianas. As periferias são locais com alma, as pessoas que moram nesses lugares carregam em seu corpo o estigma de ser periférico e, em Brasília, o cansaço de horas de mobilidade urbana e carregam em sua mente o desgaste psicológico causado por precisar resistir a cada dia.

Considerando a história de Ceilândia, Severo (2014, p. 34-35) considera que por volta de 1970, Brasília contava com uma população de quase 100.000 mil trabalhadores que viviam em condições subumanas em núcleos de ocupação desordenados e sem estrutura ao redor das construções no Plano Piloto. O então Governador do Distrito Federal da época, Hélio Prates, juntamente com sua esposa, Vera Prates, lançaram a Campanha de Erradicação das Invasões – a CEI e então se deu início ao citado processo de remoção das famílias das áreas ocupadas. A autora relata que:

Em 1971, são realizadas as primeiras remoções da Invasão IAPI para o local onde seria iniciada a criação de uma nova cidade que se chamaria Ceilândia – com uma área de 20 quilômetros quadrados a oeste do Plano Piloto e próximo a já existente cidade de Taguatinga, como capacidade para 17 mil lotes cada um medindo 10x25 metros. (SEVERO, 2014, p. 35)

A concepção de Ceilândia foi considerada pioneira por se tratar de uma iniciativa de erradicação de favelas. Tal projeto colocou como objetivos oficiais integrar as populações marginalizadas a um modelo de comunidade organizada e bem-estar social. A data 27 de março de 1971, em que se deu o início das remoções, é também a data estipulada para a fundação da cidade de Ceilândia, erguida sobre as antigas terras da fazenda Guariroba, na época pertencentes às famílias Roriz, Meireles e Queiróz, foram estas terras cedidas para União. Atualmente, Ceilândia é a mais populosa do Distrito Federal, desde sua origem abrigou alta quantidade de família, número que cresceu rapidamente. (SEVERO, 2014, pp. 36-37)

De acordo com Peixoto, Peres, Batista e Waldvogel (2017, p.2) passados 45 anos desde sua fundação, a cidade passou por um processo de expressões, iniciativas e movimentos culturais que contribuíram para sua consolidação. Atualmente Ceilândia é um *centro* urbano dinâmico com uma população que é numericamente o dobro da do Plano Piloto, que corresponde a 15% da população

total do Distrito Federal. Em um processo de conurbação com Taguatinga e Samambaia a cidade é espaço de centros de expressões e movimentos culturais que vão contra a lógica excludente de centro-periferia e denunciam as injustiças sociais da capital que hoje é constituída por mais de 30 Regiões Administrativas e o Plano Piloto. A população de Ceilândia conta com uma geração nascida e criada no local e que hoje fazem coro para a voz de resistência e compreendem em uma dinâmica de contribuição mútua os complexos e históricos processos que gestaram a cidade.

Costa, Pereira e Penna (1996, p.203) apontaram a tendência e necessidade do modelo metropolitano hierarquia se transformar em uma estrutura policêntrica e mais complexa, no sentido de agregadora, de forma que as periferias possam se redefinir de acordo com suas potencialidades que foram encobertas pela imposição de um planejamento uniformizante e limitador. Esta reestruturação tem como melhor via a valorização do capital humano, focado na participação popular e em articulações possíveis no local. Os autores destacam que:

Dentre as condições atuais da era informacional está a força da cultura, na combinação de forças responsáveis pelo aparecimento do novo. Surge daí um novo paradigma, pelo qual a inserção das economias periféricas na economia globalizada, de alta competitividade, dependerá mais da educação do povo e de sua capacidade de gerar conhecimento, do saber acumulado, do que das vantagens comparativas clássicas. (COSTA, PEREIRA & PENNA, 1996, p. 203)

Apesar da perspectiva exacerbadamente economicista, o trecho traz uma perspectiva interessante quando aponta que as periferias não podem nem devem depender das instituições clássicas, e sim de iniciativas independentes, de um esforço que venha do seio da própria periferia. As questões estruturais que necessitam de políticas públicas acabam por entrar em evidência juntamente com as outras demandas.

### **CAPÍTULO III – Resistência cultural da juventude ceilandense**

A construção de padrões pejorativos é tão presente no imaginário da cidade que o termo ceilandense, se não olhado de forma crítica, remeterá adjetivos negativos à mente do brasileiro. O termo jovem ceilandense remeterá perigo, violência e marginalidade em seu sentido também pejorativo. Apesar destas construções de imaginários, do que é ser o periférico terem se perpetuado na história da capital, existe um movimento de ressignificação que eclode de dentro da própria periferia. Essa crescente é acrescida de lógica, uma vez que esta juventude periférica sofre com significados do que é ser um periférico que nem mesmo desenvolveram os conceitos disseminados de periferia, favela e marginalização foram desenvolvidos fora do território periférico de forma preconceituosa, mas são os corpos periféricos que sofrem com os estigmas.

Na obra bastante citada no capítulo anterior, “Brasília: moradia e exclusão”, foi sugerido aos colaboradores que cada texto apresentasse sugestões de soluções ou caminhos a se traçar perante a problemática urbana apresentada. Com o intuito de traçar aspectos positivos e a visão de uma periferia nada passiva, será seguido no presente capítulo a mesma sugestão, apresentar o fato de que a periferia, as pessoas periféricas, as jovens e os jovens, reagem a todo esse espectro de segregação, violência conceitual/simbólica/física e desatenção. A resposta desenvolvida em reação a essas questões segue muitas vezes a via cultural, como instrumento de (r)existir e (sobre)viver.

Existem diversas formas de resistir, individualmente, cotidianamente, em grupo, em coletivos. A questão é que o simples fato de estar presente nos locais, considerando as várias problemáticas citadas, é uma forma de resistir, pois, para algumas pessoas este na verdade não é um fato simples. Para a jovem periférica, estar em um evento cultural no plano piloto é resistir, pois isto engloba horas de mobilidade urbana e riscos de violência. Para o estudante periférico, estudar em escolas públicas e ainda sim ser aprovado na Universidade de Brasília é resistir, e após aprovado e aprovada na universidade pública, conseguir se manter na vaga e se formar é uma forma de resistir.

Todos e todas têm muito a aprender com estas vivências periféricas, enquanto existem teorizações desprendidas da realidade tentando empreender esse cenário complexo, existem também pessoas que vivem essa realidade e desenvolvem em seu cotidiano formas de transformar esses contextos. Viver na periferia muitas vezes é sobreviver e existir na periferia sempre é resistir. Desta forma, o recorte cultural que será feito no presente trabalho tratará de resistência cultural das jovens e dos jovens da populosa cidade satélite Ceilândia, no entanto, sem focar em expressões artísticas específicas.

Almeida (2013) ressalta o valor da cultura como forma de resistência, união, produção de cidadania nas periferias, uma vez que o direito à cidade, assumido como bandeira de grupos juvenis

periféricos, tenha se relacionado, ou até mesmo transformado, em direito à cultura. Os jovens encontraram na produção cultural um espaço de inclusão, cidadania e resistência, seja por meio de coletivos, movimentos, projetos e etc.

### **3.1.A periferia sob a lógica da escassez e o caso do Espaço Cultural da Grota**

Lacaz, Lima e Hekchert (2015) fazem uma importante pontuação quanto ao modo de vida periférico. É de conhecimento de todos e todas que as abordagens sobre periferia, mesmo as mais críticas, acabam por dar centralidade a escassez, a necessidade de políticas públicas. Todavia, em um trabalho de campo que colocou as pesquisadoras em contato com jovens de uma Organização Não Governamental (ONG) situada no bairro da Grota do Surucucu, em Niterói/RJ, chamada hoje de Espaço Cultural da Grota (ECG), foi observado que o discurso, o modo de vida e as construções sociais em muito escapavam dessa lógica de pobreza. A construção da cidade hegemônica, juntamente com o discurso midiático, desconsidera o aspecto heterogêneo de construção de vida. A condição de distanciamento do centro gera construções independentes, excepcionalmente dentre a juventude que cotidianamente constroem formas de enfrentamentos. A análise dualista de centro-periferia não é capaz de abarcar a diversidade de processos que ocorrem, como por exemplo, o contra fluxo que os jovens do projeto caminham, em um universo em que a arte e a cultura se transformaram em objetos de consumo, os mesmos consideraram a música produzida como instrumento de encontro, divertimento e solidariedade.

Era, para eles, diversão, um pretexto para estarem juntos, “falar besteira”. O contágio que a música foi produzindo nesses meninos ia reverberando em seus corpos por meio da vontade de estar sempre no ECG, se encontrando, “fazendo um som”, mas aquilo não os remetia a uma relação de obrigação. (LACAZ, LIMA & HEKCHERT, 2015, p. 65)

Trata-se de um território de multiplicidades e apesar da lógica geral de universalismo tender a limitação dessa juventude, o que ocorre são iniciativas que tornam a periferia cada dia mais diversa.

Afirmamos, portanto, que, para além de toda produção perversa que encarcera as juventudes periféricas a universalismos, estes sim severamente pobres, existe um campo complexo de forças. O atravessamento da arte, o encontro com a música, os deslocamentos físicos e subjetivos possíveis são parte do que nos legitima a afirmar que desvios foram construídos na vida de tais jovens. Desvios estes que colocam em xeque hegemônias do mundo em que vivemos. (LACAZ, LIMA & HEKCHERT, 2015, p. 66)

É notado que cada periferia se constrói única, todavia, existem processos em consonâncias que aproximam estas cidades. O desenvolvimento de projetos, coletivos, ONG's, apesar de

mostrarem casos específicos em ambientes específicos carregam em si aspectos comuns, como o envolvimento dos jovens, a geração de identidade e ressignificação dos ambientes.

### **3.2. Cine-Campinho e a experiência de ressignificação de espaços**

Almeida (2013) traz uma narrativa que aborda a ação de coletivos na Zona Leste de São Paulo para tratar direito à cidade, direito à cultura e juventudes periféricas. Ressalta o valor da cultura como forma de resistência, união, produção de cidadania nas periferias, uma vez que o direito à cidade, assumido como bandeira de grupos juvenis periféricos, tenha se relacionado, ou até mesmo transformado, em direito à cultura.

Os jovens encontraram na produção cultural um espaço de inclusão, cidadania e resistência, seja por meio de coletivos, movimentos, projetos e etc. O projeto em questão é o Cine Campinho, desenvolvido inicialmente com um coletivo de aproximadamente de jovens, mas que posteriormente obteve auxílio de outros coletivos e apoio financeiro da Secretaria Municipal de Cultura do município de São Paulo, por meio do programa VAI (Valorização a Iniciativas Culturais). O projeto conseguiu ressignificar um espaço que para além de jogos, era utilizado para o acúmulo de lixo e o uso de drogas e tornou-se um espaço de cinema e convívio o qual a maioria dos moradores nunca antes havia tido acesso. Para além dos momentos de encontro e nos momentos de encontro, foi gestado um sentimento de pertença, apesar do espaço ser conhecido pelo índice de violência, as pessoas envolvidas no projeto e a população participante tem acesso a um ambiente que transmite segurança e acolhimento, um espaço onde se criou vínculos e cumplicidades. A ressignificação transpassa o morar no local e transforma em exercer o território. (ALMEIDA, 2013, pp. 153-157)

Tais processos contribuem, para além da construção dos espaços e identificação com os mesmos, para uma visão positiva da periferia, contrária a concepção histórica de periferia dependente e violenta.

A ação enérgica da juventude mostra-se primordial, com enorme capacidade de empoderamento, resistência e denúncia. A luta pelo direito à cidade e a aparatos culturais ganha coro no bojo desses grupos juvenis. A juventude se expressa com música, teatro, vestimentas, símbolos e apropriação da cidade, rompendo com o distanciamento com o centro e mostrando que seu bairro também faz parte da cidade, esses espaços estão sempre em disputa e devem ser ocupados e ressignificados.

Enfim, campos de futebol viram cinemas; praças públicas e bares viram arenas para poetas periféricos; muros viram painéis de arte; becos, vielas e escadões viram salas de projeção de vídeos alternativos; ruas viram passarelas para cortejos de cultura popular. (ALMEIDA, 2013, p.162)

Um importante aprendizado desses coletivos é não utilizar o lazer como trampolim, e sim como instrumento político, capaz de transformar a cidade, o encontro, em um fim e não em um meio. Nesse caso, a cidade se torna “a plataforma política” e por meio do lazer se torna possível o encontro, a articulação, a comunicação. Esse processo se deu pelo entendimento de que a resistência periférica se dá no cotidiano, e que a cultura se faz presente nesse cotidiano e atrai as pessoas para um círculo comum de identidade. (ALMEIDA, 2013, p. 165-167)

No contexto de globalização e sociedade de consumo, a indústria cultural focada nos jovens por serem grandes fatias do mercado torna-se um espaço de disputa. Em resposta a transformação da cultura em um objeto de consumo, coletivos exercem um movimento de reapropriação e ressignificação pelas mídias, produções literárias, musicais, espaços, filmes. A ressignificação ocorre no âmbito do espaço em si da cidade, no sentido de utilizar a cidade de maneiras diferentes dos projetos arquitetônicos, mas também ocorre na linguagem cultural. (ALMEIDA, 2013, p. 165-169)

Nas periferias inseridas em diversos contextos e regiões observa-se a utilização da cultura como instrumento de luta e resistência, isso ocorre, pois o desenvolvimento da cultura não depende completamente de estrutura do mercado ou do Estado.

### **3.3. Cultura e a lógica de mercado**

Existem diversas formas de produzir cultura de forma independente e que são perfeitamente capazes de produzir os espaços de convivência e encontro necessários para a construção de redes e coletivos de luta e apoio.

Apesar da produção de um olhar crítico para o mercado, o capitalismo e um consumo, muitos desses projetos abordam perspectivas de inserção mais justa dos jovens no mercado de trabalho. Esta abordagem leva em conta as necessidades práticas dentro do atual sistema, as peculiaridades da juventude periférica, suas produções culturais e seu pensamento crítico podem acabar sendo posto de lado devido a situações de vulnerabilidade social, em termos diretos, caso não haja comida na mesa, a jovem e o jovem necessitarão abandonar toda a rica construção de ambientes sociais de resistência na cidade, para assumir atividades laborais de baixo rendimento por questões de necessidades básicas que não desaparecem frente aos discursos de rompimento do sistema capitalista. Nesse sentido, o mercado de trabalho obviamente é perpassado por estereótipos, preconceitos de raça, classe e gênero. Faz total sentido estratégico e social que tais projetos se envolvam na inserção dessa juventude no mercado de trabalho, nas universidades ou em outras atividades que mantenham a jovem e o jovem dentro do ambiente de socialização e acolhimento.

As oportunidades no mercado são desiguais e mostram diferenças significativas nas características geracionais, especialmente quando nos deparamos para os jovens com as diferenças de classe, de gênero e de raça; além disso, podemos constatar que o local de origem dos jovens também compõe um quadro de seu contexto social que agrava as barreiras de oportunidades para quem vive na periferia. Não é difícil observar que, para os jovens pobres, para as mulheres, para os negros, há um enfrentamento de situações desprivilegiadas no Brasil, de forma geral. Se somarmos todos estes marcadores sociais de diferenças, ser mulher, pobre, periférica, jovem e negra ao mesmo tempo, a situação é ainda mais grave. (BERGAMIN, 2015, p.142)

Nesse sentido, coletivos, projetos e movimentos sociais que abordam resistência cultural possuem um papel primordial de desenvolver novos caminhos de inserção dos jovens nesse mercado de trabalho e gerar maior autonomia, novas formas de trabalho que se relacionem com pertencimento e satisfação. (BERGAMIN, 2015, pp.143-144) A articulação da cultura com a geração de novas formas de trabalho, identidade e resistência é um importante aspecto que perpassa diversos projetos periféricos, estes projetos acabam por perceber em sua trajetória que o trabalho é um importante elemento do meio social que se vive.

As novas possibilidades de trabalho através da produção de cultura são disputadas. Se, por um lado, pode-se olhar para o processo como uma disputa por recursos e financiamentos para os projetos pelos editais públicos e privados que constituem um campo de atuação profissional em formação, há também, por outro lado, reivindicações para a formação de maior público e maior abertura de um mercado de produção de cultura na periferia que possa viabilizar esses trabalhos mais autônomos para um número maior de pessoas. (BERGAMIN, 2015, p.147)

O objetivo dessas iniciativas e o motivo das disputas por espaço desses projetos frente à construção hegemônica de produção de espaços e cultura é, além de todas as questões identitárias e de resistência já citadas, fortalecer e enaltecer a cultura produzida ali, enaltecer o espaço periférico e suas potencialidades. O processo no geral retorna a questão de ocupação de uma cidade, de espaços dessas cidades, que se mostram hostis ao primeiro olhar, devido a uma série de construções desagregadoras que prejudicam a ligação das pessoas com sua cidade, seu espaço.

### **3.4. A história da Ceilândia e suas produções culturais**

Nesse sentido, e retornando à cidade de Ceilândia, é possível observar através dos exemplos de projetos em outras periferias, que os cenários periféricos entram em consonância em muitos aspectos. As especificidades de Brasília em relação às outras cidades do país colaboram no sentido negativo de ampliar os agravantes segregacionais com maiores distanciamentos e projetos urbanísticos de controle social. O fato é que, sem deixar de lado as importantes características heterogêneas de cada espaço periférico, periferia é periferia, independente do Estado.



Os espaços periféricos, excepcionalmente a juventude periférica, não recebem estes muitos aspectos desfavoráveis e pejorativos de forma passiva. Na cidade- satélite de Ceilândia existe uma importante e histórica trajetória de luta que encontraram na cultura instrumentos valiosos de resistência. Peixoto, Peres, Batista e Waldvogel (2017) abordam essa trajetória histórica da satélite de forma relacionada com o rap produzido na cidade. Essa abordagem é bastante pertinente quando se observa que o rap foi historicamente objeto de resistência e denúncia dentro do território.

Se, por um lado, a utilização do termo ‘cidade satélite’ acentua, em certa medida, a segregação e a fragmentação do território, implica em uma imprecisão formal e carrega o teor pejorativo de ser ‘satélite’ - ou seja, eternamente submisso ou dependente de um centro; por outro lado, a ideia de ser ‘cidade’ sugere a maior autonomia desses territórios, desafia as determinações legais, em sinal de resistência, e, principalmente, afirma sua distinção (não apenas territorial, mas, principalmente, cultural) com relação ao Plano Piloto. (PEIXOTO, PERES, BATISTA & WALDVOGEL, 2017, p. 4-5)

A resistência tomou voz e vida na cidade por meio de produções artísticas autônomas que abordavam questões que voltavam nas origens desestruturadas da cidade até questões segregacionais atuais.

O rap enquanto cultura de rua é um movimento inspirado justamente na cotidianidade, nos problemas sociais, na problemática urbana, aborda questões como horas de transporte, preconceitos, falta de acesso a lazer. Ceilândia despontou como voz da cultura do hip hop como um todo no Distrito Federal, entre 1980 e 2000 vários grupos de rap nasceram. Foi nesse período que a Ceilândia deixou de ser retratada apenas por meio do Caderno Policial e passou a despontar no Caderno de Cultura dos jornais. (PEIXOTO, PERES, BATISTA & WALDVOGEL, 2017, p. 5-8)

A importância do rap da Ceilândia vincula-se, também, ao fato de que havia poucas opções de lazer para a juventude. Ocorriam, então, festas familiares e, nas tardes de domingo, as ruas de lazer abriam espaço às diversas manifestações culturais, entre elas o rap. ((PEIXOTO, PERES, BATISTA & WALDVOGEL, 2017, p. 10)

Atualmente, a cidade é reconhecidamente um polo de culturas populares do DF, é onde ocorrem diversos eventos que levantam importantes bandeiras e discutem periferia.

### **3.5. O programa Jovem de Expressão e a construção de espaços de resistência cultural**

Dentre o histórico de luta e resistência diversos projetos, coletivos e movimentos emergiram no bojo da cidade de Ceilândia. Dentre estes, será ressaltado o Programa *Jovem de Expressão* por sua relevância social de importante trabalho desenvolvido de forma conjunta e inovadora.

Criado em 2007 a partir de uma pesquisa que demonstrou a forma pungente e direta que a

violência afeta a juventude, sua tecnologia social busca o desenvolvimento de diversos projetos para jovens de 18 a 29 anos e sua capacidade de gerar novos meios e novas respostas para as questões periféricas. Com o objetivo de criar e ressignificar espaços por meio de contribuições mútuas, incentivar a colaboração e apoiar a geração de autonomia entre os jovens.

O programa trabalha para evidenciar a inteligência advinda dos movimentos culturais da juventude e suas formas de convivências e transformações no mundo contemporâneo. As expressões culturais e de identidades são fundamentais para entender o papel da juventude nas transformações de consumo, produção e de novos arranjos produtivos. (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2007)

Como já citado, projetos desse gênero necessitam de apoio do governo ou mesmo de instituições. A Caixa Seguradora é o apoiador do projeto por ter uma política de “incluir a juventude de territórios vulneráveis nesse mercado porque já identificou o grande capital social e a capacidade criativa e produtiva desse segmento populacional”. (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2007)

A sede deste programa encontra-se na EQNM 18/20 da Ceilândia Norte, na Praça do Cidadão. Trata-se de um projeto sem muros e sem grades, em que a população tem livre acesso. Anteriormente ao processo de ocupação desse espaço público pelo Jovem de Expressão a Praça do Cidadão era conhecida como ponto de violência.

A forma como a cidade se desenvolveu, como o Estado se desenvolveu, como as instituições se desenvolveram, torna os ambientes periféricos cada dia mais inóspitos, locais em que a formação de laços e identidades só podem ser (re) construídos através do rompimento desta máxima hegemônica por meio de estratégias de resistências culturais. Poder, prestígio e reconhecimento social precisam ser produzidos neste espaço, uma vez que são elementos que a instituição não proporciona para as juventudes periféricas, mas que o crime produz.

O espaço físico do programa conta com ambientes integrados que visam incentivar o convívio, a criatividade e a criação coletiva. Possui sala de dança, infocentro, biblioteca, escritório compartilhado, salas de aula e estúdio de edição multimídia. Ocorrem no espaço diversas iniciativas e construções que serão brevemente citadas. (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2007)

O conjunto de atividades denominado “Expressão Jovem” busca incentivar a comunicação e a expressão cultural, dentre elas: oficinas, debates, eventos que gerem direitos e movimentos da juventude. O “Fala Jovem” é um projeto do programa que busca incentivar a formação de redes de apoio e debates livres de julgamentos, estereótipos ou segregação. É uma adaptação da terapia comunitária com objetivo de ouvir os integrantes do programa. O “Sabadão Cultural” realiza eventos aos sábados na Praça do Cidadão para compartilhar as produções das oficinas e da comunidade no geral. Existe ainda o “Espaço Aberto”, uma chamada pública para eventos culturais a serem

realizados em espaços públicos do DF. Em cada edição, são escolhidas 5 produções que recebem incentivo financeiro, apoio logístico e reforço na comunicação. Além de expor as produções de audiovisual do programa o “Cine Debate” discute temas relacionados aos desafios contemporâneos da juventude. Os “Coletivos” que se formam das oficinas une talentos e interações colaborativas, com foco em desenvolver produções artísticas sob uma perspectiva empreendedora. Para tratar de “Produção Cultural e Empreendedorismo” são feitas palestras e cursos que conectam diversas ações culturais e desenvolve projetos com potencial transformador. É o caso da Rede de Coletivos de Expressão que ocorreu em sua segunda edição no ano de 2018, por meio do edital do Lecria - Laboratório de Empreendimentos Criativos. O evento tem por objetivo promover interação e pensamento conjunto sobre os cenários do DF, mas também desenvolve diversos momentos e incentivos para os projetos de empreendedorismos periféricos e culturais.

Como forma de socialização e festividade no ambiente público surge o evento anual feito da periferia para a periferia, o “Elemento em Movimento”. Trata-se de um evento gratuito que, para os shows, convida artistas das periferias do mundo todo e para os momentos de debate aborda temas como raça, gênero, classe juventude e periferias. O evento é o desfecho festivo de todo o trabalho desenvolvido pelo programa cotidianamente e conta com públicos e organização cada vez mais diversos.

Em suma, o instrumento cultural mostra-se, em diversos contextos periféricos, como percurso de sucesso e transformação que é feita em grande parte pelas mãos da juventude. Os estereótipos pejorativos, a segregação, os preconceitos, a construção hostil das periferias é combatida em forma de cultura e construção de espaços identitários. As riquezas e sentimentos de pertença construídas nestes espaços acabam por ofuscar a pobreza e falta de estrutura ressaltada por tantos (em maioria espectadores externos). A cultura produzida da periferia para a periferia, ressignifica os espaços e relações e traz um espectro esperançoso para o futuro das periferias.

### **3.6. A lógica de inclusão e respeito à diversidade sob a óptica de vivências e clivagens identitárias**

O espaço para diversidades e aceitação desenvolvidos nos espaços de resistência cotidianamente abordam importantes questões sobre raça, gênero e sexualidade de forma oposta a construção tradicional e excludente dos espaços tradicionais. Está sendo abordado no presente trabalho um processo árduo, contra o fluxo e contínuo, que está longe de chegar ao seu fim, à cidade é um espaço fluído e que está sempre em disputa. Todavia, esses movimentos enxergam que a periferia é o centro da cultura, é o centro da vida, é nela que vivem os trabalhadores e jovens, sem

estes espaços tão renegados a cidade como um todo não possui vida e não se sustenta. Assim como em sua origem, os trabalhadores de Brasília saem em grande parte de suas cidades satélites, se submetem a um transporte pública desgastante e desgastado e prestam sua mão de obra nos espaços considerados centrais, que nada são sem a contribuição desses trabalhadores e trabalhadoras.

Quando se fala de periferia, se fala das pessoas que vivem e convivem no espaço. É necessária uma atenção especial nesta questão, pois, não se pode falar de periferia sem abordar raça. A maioria dos corpos que ocupam este território são negros, a herança histórica da humanidade segrega e exclui estes corpos. A periferia é heterogênea, aspectos como raça, gênero, classe social perpassam as vivências de cada periférico de uma forma. As construções hegemônicas são cotidianamente combatidas por projetos de resistência, todavia, são questões impregnadas que necessitam de tempo para serem superadas.

Biroli e Miguel (2015, p.28) chamam atenção para o melhor percurso metodológico que considera a convergência entre raça, gênero e classe, trazendo a possibilidade de entender as desigualdades da sociedade contemporânea. Ao invés de determinar um dos eixos como “raiz” de todos os outros, considera um entrelaçamento complexo entre os padrões de dominação e opressão. Dessa forma, qualquer processo emancipatório, qualquer interpretação, qualquer recorte do mundo social moderno necessita considerar o aspecto de raça, gênero e classe social.

Outras determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade. (BIROLI & MIGUEL, 2015, p.29)

Em uma perspectiva histórica, é em 1960 que a questão de pensamento combinado das opressões eclode o movimento contestatório que alcançou várias partes do mundo possuía várias pautas diversas, como juventude, classe trabalhadora, mulheres, população negra, militância. Foi percebido que seria inevitável que pessoas com identidade auto definida por mais de um desses grupos saíssem prejudicadas caso houvesse uma hierarquia entre as categorias. A complexidade da análise é, dessa forma, condizente com os espaços e relações observados. (BIROLI & MIGUEL, 2015, p.30)

Nascidas e criadas na periferia, as pessoas não são periféricas e ponto, são periféricas, são mulheres, dentre outros grupos. A cada grupo identitário que estas pessoas se reconhecerem, diferente será sua vivência. A vivência necessita ser destacada, pois, é por este caminho que é possível compreender a realidade social, a realidade social dentro das periferias. Dentro dos citados projetos existe uma infinidade de vivências e histórias em confluências, é justamente essa característica que torna a construção destes espaços tão rica.

Considerar e respeitar as opressões vividas na pele pela população negra, pelas mulheres,

pelas mulheres negras, pelos deficientes físicos, pelos LGBTQ's e por toda a diversidade de pessoa é necessária, parece bastante sensato utilizar contra a lógica de exclusão a lógica de inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições históricas apresentadas no desenvolver das cidades e na formação das periferias mostram a tendência de desenvolvimento de espaços hostis e inóspitos. Há também a forte tendência de desprendimento e não identificação das pessoas com suas cidades. Tudo isso devido à construção e formação das cidades, sobretudo Brasília, ter sido calcada em uma forte exclusão, segregação e lógica de controle social.

Em um contra fluxo completamente inesperado, apesar das péssimas condições estruturais, falta de tempo e várias outras problemáticas é possível enxergar nas cidades periféricas atitudes inovadoras, sobretudo da juventude, que vão no sentido de conexão com a cidade através de elementos culturais, de apropriação e ressignificação do espaço público. Trata-se de um movimento de produção desenvolvido pela periferia para a periferia.

O direito à cidade é buscado na forma de combate a lógica de exclusão, transformação do território, desenvolvimento de potencialidades e vínculos sociais. A cultura torna-se, para além de um elemento de lazer e diversão, um instrumento político, usado estrategicamente para resgatar a lógica de comunidade dentro das cidades periféricas.

As abordagens negativas de periferia, de escassez e de violência servem de combustível para o surgimento de movimentos, ONG's e projetos que buscam construir espaços e relações de inclusão, cidadania e resistência.

As noções de cidade como palco de encontro e Festa retornam, com suas limitações impostas pelo capitalismo, mas também com noções de construção conjunta, valorização do convívio e da cultura periférica que sempre foi tão rica.

A cultura periférica possui um importante elemento transformador porque é imbuída de alma, carrega em seu imaginário as trajetórias das pessoas e da cidade. Traz em forma de música, representações e dança o importante elemento contestatório de resistência.

Trata-se, evidentemente, de um processo, que assim como a cidade é fluído e mutável, mas não se pode negar a importância de forças tão significantes surgindo de pessoas e locais de que não se espera mais do que o ruim, o errado. A resposta cultural frente a construções pejorativas de periferias possui muito potencial agregador apesar de todas as questões segregacionais e estruturais.

## BIBLIOGRAFIA

BERGAMIN, Marta de Aguiar. *Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade*. Juventude, Trabalho e cultura periférica. Cadernos Adenauer XXI (2015) nº1.

BEZERRA, Amélia Cristina Alves. *Festa e Cidade: entrelaçamento e proximidades*. Espaço E Cultura, UERJ, Rio de Janeiro. 2008.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades*. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DE ALMEIDA, Renato Souza. *Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 56, p. 151-172, 2013. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/68994>. Acesso em 09 de Jun. 2018.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília: novos rumos para a periferia*. Brasília: moradia e exclusão. Brasília, Ed. UnB, 1996.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social*. Brasília, moradia e exclusão. Brasília: Universidade de Brasília, p. 231-250, 1996.

GUARINELLO, N. L. *Festa, trabalho e cotidiano*. In. JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs). *Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, 2001. Volume II.

JACOBI, Pedro. *A Cidade e os cidadãos*. Lua Nova, Vol. 2. São Paulo. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v2n4/a04v2n4.pdf>. Acesso em 15 set. 2018.

JOVEM DE EXPRESSÃO. Programa Cultural, Caixa Seguradora. Disponível em <http://jovemdeexpressao.com.br/>. Acesso em 13 de fev. 2018.

LACAZ, Alessandra Speranza; HECKERT, Ana Lúcia Coelho; LIMA, Silvana Mendes. *Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo*. Psicologia & sociedade, v. 27, n. 1, 2015. Disponível em <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/99176>. Acesso em 09 jun. 2018.

LEFEBVRE, Henri. [1968] 2008. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio – *A produção do espaço*. Estudos Avançados, Vol. 27, nº 79. São Paulo. 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009). Acesso em: 02 out. 2018.

LIMA, P. *A Especulação Imobiliária em Brasília e a hipótese do uso da contibuição de melhoria*. Aldo Paviani. Brasília: moradia e exclusão, v. 169, p. 189, 1996

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. *Cidade partida: segregação induzida e auto-segregação urbana*. Caminhos de Geografia, Vol. 13, n. 33, pp. 1 – 10, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15899/8974>. Acesso em 24 set. 2018.

OJIMA, Ricardo; PEREIRA, Rafael H. Moraes; DA SILVA, Robson Bonifácio. *Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?* 1. Anais, p. 1-20, 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1832/1791>. Acesso em: 02 de Nov. 2018

PAVIANI, Aldo. *A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade*. Brasília: moradia e exclusão. Coleção Brasília. Brasília, Editora UnB, 1996.

PEIXOTO, Elane Ribeiro et al. *O rap da Ceilândia*. Desenvolvimento e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. XVII ENAPUR: Sessão Temática 6. São Paulo. 2017. Disponível em [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%206/ST%206.2/ST%206.2-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.2/ST%206.2-02.pdf). Acesso em: 15 de Nov. 2018.



RIOS, Marianna. DF tem apenas uma delegacia especializada para atender as mulheres. Metr p les. Publicado em 08/03/2017. Disponível em <https://www.google.com/url?q=https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-tem-apenas-uma-delegacia-especializada-para-atender-as-mulheres&sa=D&ust=1544393909659000&usg=AFQjCNGxirDq1B67uBMkbsTx7qM9dJiZxA>. Acesso em 25 de nov.2018.

SEVERO, Denise de Sousa. Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia. 2015. Disponível em <http://bdm.unb.br/handle/10483/9826>. Acesso em: 02 de Nov. 2018.

STUMPF, Ricardo; SANTOS, Zilda M. *Habita o: novos enfoques e perspectivas*. Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Ed. UNB, p. 27-52, 1996.

TAVOLARI, Bianca. *Direito   cidade: uma trajetória conceitual*. Novos Estudos, CEBRAP, n. 104, 2016, pp. 92-109.

TRINDADE, Thiago. *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito   cidade*. Lua Nova, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

VILLAÇA, Flávio. 1998. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

